

Sessão Especial alusiva ao Dia Mundial contra o Trabalho Infantil 12/06/2024



Fotos: Josenildo Costa

Sessão Ordinária 12/06/2024



Fotos: Josenildo Costa

Câmara Itinerante realiza Audiência Pública na Associação Comercial de Campina Grande

O Código Tributário Nacional é uma lei brasileira que institui as normas gerais de direito tributário exigidas pelo art. 146, inciso III da constituição brasileira. Foi instituída durante o mandato do então presidente Castelo Branco.

A proposta de Reforma Tributária encaminhada à Câmara dos Deputados Federais pretende unificar cinco tributos em um.

Entenda:

– Proposta simplifica o sistema tributário, substituindo cinco tributos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS); Transição vai demorar dez anos, sem redução da carga tributária; Proposta também cria o Imposto Seletivo Federal, que incidirá sobre bens e serviços cujo consumo se deseja desestimular, como cigarros e bebidas alcoólicas.

Características do IBS:

Terá caráter nacional, com alíquota formada pela soma das alíquotas federal, estaduais e municipais; estados e municípios determinam suas alíquotas por lei; incidirá sobre base ampla de bens, serviços e direitos, tributando todas as utilidades destinadas ao consumo; será cobrado em todas as etapas de produção e comercialização; será não-cumulativo; contará com mecanismo para devolução dos créditos acumulados pelos exportadores; será assegurado crédito instantâneo ao imposto pago na aquisição de bens de capital; incidirá em qualquer operação de importação (para consumo final ou como insumo); nas operações interestaduais e intermunicipais, pertencerá ao estado e ao município de destino.

A transição tributária será em duas fases. Haverá um período de teste por dois anos com redução da Cofins (sem impacto para estados e municípios) e IBS de 1%. Depois, a cada ano as alíquotas serão reduzidas em 1/8 por ano até a extinção e a do IBS aumentada para repor a arrecadação anterior.

SESSÃO ITINERANTE

Em Campina Grande o anteprojeto de Reforma do Código Tributário Municipal foi apresentado aos vereadores durante sessão itinerante da Câmara Municipal, Nesta terça-feira (11), na sede da Associação Comercial e Empresarial de Campina Grande (ACCG), presidida pelo vereador Marinaldo Cardoso (Republicanos).



Foto: Josenildo Costa

Na pauta, foi apresentado o anteprojeto de Reforma do Código Tributário Municipal, que vem sendo construído a várias mãos, para os vereadores de Campina Grande.



Foto: Josenildo Costa

Além dos vereadores, estiveram presentes nesta sessão o presidente da ACCG, Sidney Toledo; o diretor do Sinduscon-PB, Hélder Pereira; o presidente do SindCampina, Divaildo Bartolomeu Júnior; o presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL-CG), Eliezio Bezerra e a secretária de Desenvolvimento Econômico de Campina Grande (SEDE), Tâmelá Fama.



Foto: Josenildo Costa

TRIBUNA

O início da sessão aconteceu com a apresentação de Sidney Soares Toledo – Presidente da ACCG, do projeto que visa a alteração do código tributário municipal, diante das consequências negativas da sua aplicação, sobretudo no que diz respeito à atração de novos investimentos, crescimento da cidade e geração de emprego e renda. Dentre as alterações estão a redução de 90% do pagamento do IPTU de lotes urbanos, até que alcance as devidas condições para serem vendidos e a redução do ITBI para construções do programa minha casa e minha vida, assim como quando o imóvel for financiado. Além disso, o projeto também propõe a regulamentação de empresas bet's, para que estas possam ter interesses em se instalar na cidade e a realização da inclusão de empresas do ambiente eletrônico que realizam atividades que ainda não são contempladas no código.

Com relação ao alvará de funcionamento, a proposta visa que

seja estabelecido o valor da taxa do alvará e que a renovação tenha o valor de até 30% do valor referente a sua emissão, uma vez que as emissões são realizadas anualmente. Ele ainda citou como exemplo o código tributário da cidade de João Pessoa, em que não existe a necessidade de emissões anuais. Na apresentação, Sidney também citou a alteração referente a autorização da prefeitura realizar transações financeiras, com o objetivo de reduzir despesas e juros de multa, além de negociações de parcelamento. Por fim, citou a sugestão da paridade do conselho de recursos fiscais do município, para que sejam 3 representações da prefeitura e 3 representações de órgãos privados.

O ponto mais sensível mencionado pelo presidente da ACCG foi relacionado ao setor de construção civil, que atualmente realiza o pagamento do HABITIS no valor de R\$ 400-500 mil reais, a depender da construção, e sugeriu que seja estabelecida uma taxa, com valores entre R\$ 35-40 mil reais. Ele justificou que essa ainda é uma taxa em um valor alto, mas que possibilita a negociação com o poder executivo e um avanço para o setor. Concluindo a apresentação do primeiro tema, disse que todas as propostas têm como objetivo garantias para que o setor produtivo proporcione investimentos na cidade, sendo construídas pela ACCG e entidades empresariais. Sidney também informou que a proposta já foi apresentada ao poder executivo e que em seguida, será enviada para a Câmara Municipal de Campina Grande, para apreciação dos vereadores.



Foto: Josenildo Costa

Olimpio Oliveira (PODE) relembrou as considerações realizadas quando o projeto do código tributário chegou à Câmara para ser votado, rejeitando a proposta, diante das inviabilização ao setor produtivo da cidade, recaindo sobretudo para as pessoas mais pobres. Jô Oliveira, com relação a paridade no conselho, sugeriu a participação da agência municipal do desenvolvimento econômico e o sindicato dos comerciários. Além disso, citou a importância do Plano Diretor para que seja realizado o devido planejamento e crescimento da cidade, pontuando principalmente os lotes urbanos. Rostand PB fez menção a importância do comércio na cidade, defendendo o apoio aos investimentos para que as atividades não se encerrem.



Foto: Josenildo Costa

Napoleão Maracajá (PT), fez comparação de dados entre Campina Grande e João Pessoa, pontuando que em outrora, Campina Grande quem ocupava grandes lugares no que diz respeito ao crescimento econômico. O vereador ainda ressaltou que discutir construção civil é discutir emprego, renda e toda uma cadeia produtiva. “O estado não pode ser o empecilho, tem que ser o propulsor” – disse.

Luciano Breno (Avante), líder da situação, pontuou que está disposto a reavaliar o código tributário e que levará pessoalmente essa discussão para o prefeito Bruno Cunha Lima.



Foto: Josenildo Costa

Helder Campos, Vice-Presidente do SINDUSCON, ressaltou a importância da indústria da construção civil, sendo a maior atividade empregadora, mas que vem sofrendo retrocessos. Ele reforçou a necessidade de reforma do código tributário, podendo avançar e plantar sementes para o setor. A secretária de desenvolvimento econômico e vice-presidente da ACCG, disse que espera aprovação da proposta e agradeceu a participação de todos os presentes contribuindo com as discussões.

O segundo tema apresentado por Sidney Toledo foi sobre a Reforma Tributária Nacional, regida por 5 leis complementares e que tem como principal problemática a centralização de arrecadação de tributos, afetando diretamente os municípios e inviabilizando a chegada de recursos federais. Ele deu ênfase principalmente na unificação de tributos privados (PIS, COFINS e IPI) e unificação dos tributos dos estados e municípios (ISS e ICMS), os quais passarão a se chamar CBS e IBS, respectivamente. Além disso, o resultado do IVA (CBS+IBS) será

de 26,5%, ocupando o 2º maior IVA do mundo, perdendo apenas para Hungria, com a diferença de que no país mencionado não existem outros tributos, enquanto no Brasil, ainda se tem o Imposto de Renda e outros.

A segunda principal preocupação é relativa a formação de um comitê que ficará responsável pela gestão dos tributos arrecadados, podendo haver disparidade na participação, devido ao espaço concedido aos estados que detém a maior quantidade da população brasileira. Ele enfatizou que a emenda que visa a criação do comitê já foi aprovada e que a urgência é para regulamentação do comitê, com o intuito de diminuir o seu poder e promover a autonomia dos estados. Também foi citado a possibilidade de um CASHBACK em caso de compra e consumo de botijão de gás, energia, água, esgoto e gás natural e demais casos, mas que não existe a devida clareza de como funcionará a sua aplicabilidade.

Divaildo Jr, SINDI CAMPINA, parabenizou as discussões, ressaltando que é necessário a reforma do código tributário para que a cidade possa se desenvolver gerando emprego e renda. Sobre a reforma tributária nacional, pontuou a gravidade e disse que levanta pontos de competitividade entre os estados e que São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais são quem ficarão com a centralização das decisões.



Foto: Josenildo Costa

Tâmelâ Fama, secretária de Desenvolvimento Econômico do município, que também é vice-presidente da ACCG, esse é mais um marco na caminhada por mais desenvolvimento para a cidade, além de mais um passo na aproximação entre o poder público e o setor produtivo.

“Celebro o dia de hoje por sua importância. Estou como auxiliar da gestão Bruno Cunha Lima, mas tenho a ACCG como minha casa, tanto por ocupar um cargo na sua diretoria, mas também por ser uma empresária que torce pelo desenvolvimento da cidade”, afirmou.

Ainda em sua fala, Tâmelâ parabenizou os vereadores campinenses pela preocupação em tomar conhecimento da matéria que pode ser votada em breve.

“Vejo o momento de hoje como um, repito, marco. Tenho certeza que essa proposta de reforma será aprovada na Câmara. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico faz esse trabalho de

meio, de elo entre os dois setores, como já dito, e todos que estão aqui participando desse diálogo escrevem seu nome na história, unidos por um fortalecimento do nosso desenvolvimento”, celebrou.

Anteprojeto de Reforma do Código Tributário Municipal

No início de maio, o texto final da proposta foi entregue ao procurador geral do município, Aécio Melo. Nesse tempo, ele passou por avaliação do prefeito Bruno Cunha Lima e, em breve, deve ser enviado ao Legislativo para votação.

As alterações do texto são defendidas pelo setor da construção civil, hotéis, contabilidade e alvarás, além de todos os demais segmentos que já haviam sido contemplados na etapa inicial da minuta.

Os encaminhamentos para ampliação e continuidade da discussão relativa à reforma tributária nacional foi a criação de uma comissão com o objetivo de aprofundar nos estudos relativos à reforma, além de audiências públicas com representantes estaduais e federais e os representantes do FAMUP e demais entidades.



Foto: Josenildo Costa

A 50ª Sessão ORDINÁRIA da 4ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura foi presidida por Marinaldo Cardoso (Republicanos) e secretariada pela vereadora Fabiana Gomes (UNIÃO).



Foto: Josenildo Costa

Participaram da sessão itinerante: Alexandre do Sindicato / UNIÃO, Anderson Pila / PSB, Dona Fátima / PSB, Eva Gouveia / PSD, Janduy Ferreira / UNIÃO, Jô Oliveira / PCdoB, Márcio Melo / PODE, Napoleão Maracajá / PT, Olimpio Oliveira / PODE, Pr. Luciano Breno / AVANTE, Rostand Paraíba / PP, Saulo Germano / PODE e Valéria Aragão / REPUBLICANOS.

DIVICOM/CMCG

Sessão Ordinária 11/06/2024





Fotos: Josenildo Costa

Vereador Olímpio Oliveira Apela por Castração de Animais de Rua

Com a realidade de duas unidades móveis de castração animal, uma operada pelo estado e outra pelo município, a questão da castração de animais de rua tem sido negligenciada. O castramóvel está atualmente mais focado na castração de animais domésticos, deixando de lado a grande demanda de

animais que vivem nas ruas.

Diante dessa situação, o Vereador Olimpio Oliveira (Podemos) faz um apelo aos governos municipal e estadual para que ambos ampliem os esforços de castração, abrangendo não apenas os animais domésticos, mas também os de rua. O parlamentar enfatizou a necessidade urgente de que as duas unidades móveis circulem pela cidade, realizando castrações em animais de rua, de modo a controlar efetivamente a natalidade animal e atender uma demanda crescente e urgente.

“É fundamental que os gestores municipais e estaduais entendam a importância de uma abordagem mais ampla e inclusiva na castração de animais. Apenas dessa forma poderemos controlar a superpopulação animal e promover o bem-estar tanto dos animais quanto da comunidade”, declarou o vereador.

O apelo do vereador Olimpio Oliveira visa sensibilizar as autoridades para a adoção de políticas públicas mais abrangentes e eficazes na gestão da população animal urbana, garantindo que tanto os animais domésticos quanto os de rua recebam os cuidados necessários.

CAUSA ANIMAL

Olimpio Oliveira (Podemos) na tribuna falou sobre o tema da causa animal, pauta discutida pelo mandato do vereador, pontuando a cobrança de um programa efetivo do controle de natalidade animal e lembrando que foi o primeiro a falar na tribuna a respeito do castramóvel. Ele também acrescentou que diversas vezes destinou emendas para aquisição do equipamento, mas que nenhum prefeito deu a devida atenção, até o então deputado Federal, Pedro Cunha Lima destinar uma emenda para a cidade e através dos esforços de Rodrigo Freire, do Conselho de Bem Estar Animal de Campina Grande, houve uma articulação resultando na compra do equipamento para a cidade.



Foto: Josenildo Costa

Apesar disso, Olimpio disse que o equipamento não está realizando castração de animais de rua, da mesma que o castra móvel adquirido pelo Governo do Estado, também não realiza. De acordo com ele, ambos fazem castrações de animais domésticos. Ele fez um apelo aos gestores municipal e estadual, para que os dois equipamentos possam circular na cidade, castrando animais de ruas, controlando de fato a natalidade animal e atendendo uma demanda que é urgente.

INSEGURANÇA ALIMENTAR

Alexandre Pereira (UNIÃO) apresentou dados divulgados pelo Jornal da Paraíba, publicado na semana anterior, que trata sobre números referentes à insegurança alimentar no estado, com 40% da população vivendo nesta situação. O vereador pontuou que há quase 20 anos a Paraíba é governada por governos de esquerda, ressaltando a corrupção histórica dessas gestões e que são preocupados apenas em financiar propagandas, apesar de dizer que cuidam do social.



Foto: Josenildo Costa

Além disso, sobre os indicadores econômicos do estado da Paraíba, disse que são os piores do Brasil, representando 0,8% do PIB nacional, indicando um PIB de renda per capita baixo, se comparado à média nacional.

Ele acrescentou que a participação da Paraíba de quem declara imposto de renda é só de 1,9%, sugerindo uma base tributária menor e uma renda média inferior, podendo ser reflexo de uma menor geração de riqueza por pessoa.

Alexandre disse que a Paraíba contribui com 1,2% da força de trabalho do Brasil, relativamente pequena em relação à sua população. Na exportação disse que a Paraíba representa apenas 0,01% e ainda citou a dependência da construção civil, que pode ser arriscada em período de recessão econômica.

Citando a ausência de investimentos na indústria e no setor empresarial, chamou a atenção dos vereadores sobre a Alpargatas e o fechamento de empresas na cidade, o que para

ele representa a falta de gestão estadual e reflete a baixa participação da Paraíba na geração de riqueza, emprego e renda, proporcionando apenas o acesso de rendas miseráveis à população.

Ele denunciou ainda que os governos de esquerda, assim como o atual governador do estado, é um desastre para a Paraíba no que diz respeito a verdadeiros investimentos.



Foto: Josenildo Costa

REGISTROS

O presidente Marinaldo Cardoso (Republicanos) fez o registro de dois momentos importantes realizados na quarta-feira (5), na Casa de Félix Araújo, que foi a entrega do título de cidadão campinense ao presidente da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA), Alexandre Sampaio de Abreu e a Sessão Ordinária com o Conselho da Associação Comercial. O presidente ressaltou que a sessão ordinária foi uma reunião produtiva e que foram convidados para realizar uma sessão

itinerante na Associação Comercial, na próxima semana, com o objetivo de discutir sobre o código tributário, a reforma tributária nacional e outros temas relativos ao comércio da cidade.

TRIBUNA

Marcio Melo (Podemos) agradeceu inicialmente pelo comparecimento dos vereadores na entrega do título de cidadão campinense ao senhor Alexandre Sampaio, ele que tem sido responsável por incentivos no âmbito hoteleiro, de restaurantes e turismo na cidade de Campina Grande.



Foto: Josenildo Costa

Em seguida, apresentou um registro fotográfico com a presença de um trator durante a madrugada na estrutura do hospital que seria da criança e do adolescente, que ainda chegou a ser inaugurado. O vereador disse que o trator estava no local retirando e lacrando algumas janelas do prédio e que ele foi marcado nas redes sociais, sendo questionado pela população

sobre as motivações da ação.

O vereador ainda falou sobre o hospital que não está funcionando e poderia estar servindo a população, pontuando que o Hospital de Trauma tem recebido todas as demandas de saúde da cidade, inclusive com a falta do atendimento das Unidades de Pronto Atendimento – UPA.

RESPOSTA

Luciano Breno (UNIÃO) explicou que no prédio citado pelo vereador Márcio Melo está ocorrendo uma reforma, pois parte do prédio funcionará o Hospital do Amor e outra parte serão para os atendimentos ambulatorial e laboratorial destinado ao hospital da criança e adolescente, enquanto não se realiza o novo projeto do hospital da criança junto à maternidade.



Foto: Josenildo Costa

Ele informou ainda que os trabalhos acontecem durante o dia e a parte em que as janelas foram fechadas, acontecerão atendimentos femininos, com exames ginecológicos. Por esses

motivos, o vereador explicou que algumas mudanças estão sendo realizadas

A 48ª sessão ordinária da 4ª sessão legislativa da Câmara de Campina Grande, foi presidida pelos vereadores Marinaldo Cardoso e Alexandre Pereira e secretariada pelo vereador Saulo Noronha.

O presidente Marinaldo encerrou os trabalhos convidando os parlamentares para a sessão solene que concede o título de Cidadania Campinense de Medalha de Honra ao Mérito Municipal ao Dr. Jhony Wesllys Bezerra Costa, nesta quinta-feira (6) a partir das 18h.

DIVICOM/CMCG

Sessão Ordinária 06/06/2024



Fotos: Josenildo Costa

CMCG: Educação, Saúde e Meio Ambiente foram os temas centrais da sessão desta quarta-feira (5)

“Acelerar a restauração da Terra, a resiliência à seca e o progresso da desertificação”, é o lema do Dia Mundial do Meio Ambiente de 2024 que é comemorado neste dia 5 de junho, foi lançado pela PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) para destacar o desafio do planeta diante da crise ambiental já em andamento”.

O Dia Mundial do Meio Ambiente é celebrado no dia 5 de junho, foi criado pela Assembleia Geral das Nações Unidas na resolução (XXVII) de 15 de dezembro de 1972 com a qual foi aberta a Conferência de Estocolmo, na Suécia, cujo tema central foi o Ambiente Humano.

O Dia Mundial do Meio Ambiente foi instituído pela Organização das Nações Unidas com o objetivo principal de chamar a atenção da população sobre os problemas ambientais e a importância de preservar o meio ambiente e os recursos naturais.

Jô Oliveira (PCdoB) citou inicialmente a presença das mulheres da comunidade Queimada da Ema e o Dia do Meio Ambiente, que é comemorado no dia 5 de junho.

Em seguida, falou sobre a atividade promovida pela ARPIA – Articulação e Preservação do Riacho das Piabas, onde o riacho se origina na Mata do Louzeiro e é responsável pela formação de uma das maiores cachoeiras urbanas da cidade.

A vereadora disse que a ARPIA trata sobre a revitalização do riacho e o cuidado com o meio ambiente e disse que a atividade promovida contou com outras participações de entidades e

articulações, com universidades, Franciscanos e escolas da comunidade.



Foto: Josenildo Costa

No mesmo tema do meio ambiente, a vereadora disse que nos projetos de suplementação e transferência de recursos do orçamento, de autoria do poder executivo, consta a transferência de 11 milhões das ações de proteção ao meio ambiente para outras Secretarias, como STTP, Secretaria de Obras, de Assistência Social e da Administração.

Jô questionou onde está o cuidado com o meio ambiente na cidade e a perspectiva de que a prevenção está para além das medidas educativas, uma vez que dos 18 milhões que foram aprovados para essas políticas, 11 milhões estavam sendo retirados.

Rostand Paraíba (PP) falou sobre o tema trazido pela vereadora Jô e dos recursos que estão sendo transferidos de políticas para o Meio Ambiente, reforçando a necessidade que a cidade

possui. Ele também falou dos valores que estão sendo retirados de políticas da Cultura, totalizando quase 5 milhões e pediu pelos pagamentos das emendas impositivas, pois as instituições aguardam pelos recursos.

EDUCAÇÃO



Foto: Josenildo Costa

Valéria Aragão (Podemos) informou que estão na reta final do ENEM e ressaltou a importância das inscrições no exame nacional, o qual tem se identificado uma baixa procura.

Ela fez um apelo a todos os estudantes da rede pública para que se inscrevam no exame e possam alcançar um espaço maior nas Universidades públicas e privadas do Estado.

Concluindo a sua fala, saudou o presidente Marinaldo Cardoso pela passagem do seu aniversário, na última segunda-feira, destacando a alegria de poder partilhar diversos momentos na Casa Legislativa, além da experiência adquirida com ele.

SAÚDE BUCAL



Foto: Josenildo Costa

Fabiana Gomes (UNIÃO) fez uma retrospectiva do que foi feito no ano passado com relação aos profissionais da saúde bucal, lembrando a aprovação da lei que destina um incentivo aos profissionais da categoria, sendo Campina Grande uma das poucas cidades que estavam realizando esse pagamento, balizado em uma portaria do Governo Federal.

A vereadora acrescentou que em abril deste ano a portaria foi revogada, mas no mês de maio retornou, sendo necessário a aprovação de uma nova lei na Câmara Municipal de Campina Grande, para que voltem a receber o incentivo.

Fabiana disse que já foi feita a minuta, passou pela Secretaria de Saúde, foi aprovada pelo jurídico e já se encontra na Procuradoria do município, solicitando para que o projeto seja enviado para a CASA antes do dia 20 de junho, data em que se inicia o recesso parlamentar.

Ela enfatizou que é um direito dos profissionais, mas ressaltou que a luta é pela atualização do piso salarial dos cirurgiões dentistas, através de um PL que se encontra no Senado Federal, de autoria da Senadora Daniela Ribeiro, que também contará com o apoio dos senadores Efraim Filho e Veneziano.



Foto: Josenildo Costa

Alexandre Pereira (UNIÃO), sob posse dos projetos de autoria do poder executivo que versam sobre suplementação, disse que ouviu uma fala de um vereador na rádio pela manhã, relatando que a gestão não tinha controle nem equilíbrio, ao enviar para a Casa Legislativa 21 projetos de suplementação orçamentária, destacando que a gestão não tem planejamento.

Alexandre lembrou que a mesma medida de transferências de recursos, por meio de projetos de suplementação, estão sendo realizadas no orçamento do Governo do Estado, sem a necessidade de autorização da Assembleia Legislativa. Além

disso, o vereador falou que a quantidade dos projetos enviados se deve ao pedido da oposição para desmembramento dos projetos, reforçando que já houve discussões com os secretários, sendo retiradas todas as dúvidas.

O vereador fez um apelo a oposição e aos órgãos que 'mandam' em Campina Grande, para que permitam os vereadores aprovarem os projetos e não paralisem a cidade, como exemplo, citou que um dos projetos se tratam de verbas oriundas do Governo Federal para que os professores e servidores da Educação possam receber recursos para os seus incentivos em sala de aula.

Por fim, questionou qual será agora o grande argumento para não aprovar os projetos, que seguem as solicitações da oposição, tanto referentes às discussões com os secretários, como também aos desmembramentos dos projetos.

Janduy Ferreira (UNIÃO) citou o acompanhamento das reposições de iluminação em LED no Bairro das Malvinas, onde já foram realizadas em mais de 40 ruas, citou como exemplos as Rua das Umburanas, Jabuticabeiras, Pau d'Arcos, Vila Velha, Cabaceiras, entre outras.

O vereador destacou a mobilidade e segurança para a população proporcionada através da iluminação. Janduy também falou sobre o pedido de abertura de ruas e avenidas, como a Avenida Plínio Lemos e Francisco Lopes de Almeida que já estão sendo realizadas, além de outras solicitações também na região das Malvinas. Por fim, pediu pela aprovação das suplementações, ressaltando que também é uma solicitação da população, para que diversas ações possam ser realizadas.

GRANDE EXPEDIENTE

Márcio Melo (Podemos) apresentou os projetos de autoria do Poder Executivo que tratam a respeito das suplementações e abertura de crédito, que tratam sobre transferência e remanejamento de recursos do orçamento público.



Foto: Josenildo Costa

O vereador pontuou a quantidade de projetos enviados que tratam sobre o tema e frisou que os vereadores de oposição não estão realizando politicagem, mas que a apreciação de cada projeto se deve ao zelo e cuidado para tratar os assuntos da cidade.

Com o desmembramento dos projetos que chegaram no dia de ontem, o vereador disse que será possível analisar cada caso, para ter conhecimento sobre as aberturas de créditos e transferências, tendo a preocupação do que é necessário para o andamento da cidade e o relatório das comissões.

ESCLARECIMENTOS

Luciano Breno (UNIÃO) justificou que a quantidade de projetos se deve ao fato do pedido da oposição para desmembramento dos projetos que já haviam sido enviados e analisados, além disso, esclareceu mais uma vez que os remanejamentos e transferências de recursos sempre aconteceu, uma vez que a peça é presumida, podendo haver a necessidade de algumas alterações.



Foto: Josenildo Costa

Ele também pontuou que na Lei Orçamentária Anual era permitido o remanejamento de 30%, mas na nova LOA, foi retirada essa autorização pela bancada de oposição. Luciano também citou que será um problema se os projetos não forem apreciados com urgência, diante da necessidade de pagamentos de profissionais e transferências de recursos.

Anderson Almeida (PSB) disse que alguns secretários estão colocando como responsabilidade da oposição uma desorganização administrativa do poder executivo, como pagamento de custos fixos que devem ser planejados durante os 12 meses. Trazendo explicações da parte técnica, apresentou um projeto que retira mais de 1 milhão do Fundo Municipal de Direitos Difusos, mas que, no entanto, não sabe se existe essa constitucionalidade sendo necessário avaliação das comissões, além de questionar se o conselho foi chamado para discutir esse remanejamento. Anderson disse que está à disposição para fazer um debate técnico sobre cada projeto e que todos irão passar pelos

trâmites técnicos da Casa Legislativa, para que sejam votados com a devida responsabilidade.

MINUTO DE SILÊNCIO

A vereadora Ivonete Ludgério (UNIÃO), solicitou um minuto de silêncio em memória póstuma pelo falecimento de Cláudia Rodrigues Martins (morte encefálica e doadora de órgãos) e por Antônio Vinícius Filho, uma criança que faleceu com pneumonia. O vereador Anderson Almeida (PSB) reforçou o pedido de minuto de silêncio por Cláudia Rodrigues, uma pessoa feliz e que soube valorizar os seus amigos. Jô Oliveira (PCdoB) se acostou ao pedido de Ivonete pelo falecimento de Cláudia Rodrigues e prestou condolências à família e aos amigos.

VOTO DE APLAUSOS

Nesta manhã foi feita a entrega de votos de aplausos para os alunos do Colégio Damas, jogadores de vôlei dos times femininos e masculinos, além do treinador Alisson Cabral, através dos projetos de autoria do vereador Anderson Almeida. O vereador ressaltou que os jogadores receberam medalhas através do Campeonato do Interclasse e o ato é uma forma de reconhecimento e valorização das conquistas.



Foto: Josenildo Costa

A 48ª sessão ordinária da 4ª sessão legislativa realizada nesta quarta-feira (5), foi presidida pela vereadora Fabiana Gomes e secretariada por Janduy Ferreira.

Fabiana encerrou os trabalhos convidando os parlamentares para a sessão ordinária a ser realizada nesta quinta-feira (6), em formato híbrido, a partir das 9h30.

DIVICOM/CMCG

Sessão Ordinária 05/06/2024





Fotos: Josenildo Costa

CMCG: “em último ato” vereadores derrubam dois vetos do Executivo

A Câmara de Vereadores de Campina Grande derrubou dois vetos do Poder Executivo como “último ato” na sessão ordinária realizada nesta terça-feira (04). A votação marcou uma divergência significativa entre o Poder Legislativo e o Executivo, diminuindo uma possível mudança no equilíbrio na pasta da educação.

O Veto de nº 003, que se destinou ao Projeto de Lei nº 097/2024, buscou revogar a Lei Municipal nº 8.591, de 05 de abril de 2023. Já o Veto de nº 004, um veto total ao Projeto

de Lei nº 122/2024, também foi derrubado. Este projeto de lei estabelece critérios para o pagamento de indenização com recursos extraordinários recebidos pelo município em decorrência de ações judiciais relativas ao cálculo do valor anual por aluno para distribuição dos recursos do FUNDEF ou FUNDEB. Notavelmente, apenas um vereador da base do governo, com direito a voto, esteve em plenário.

APRECIÇÃO DOS VETOS DO PODER EXECUTIVO

Foi aprovado o requerimento de urgência nº 1643, que considera de urgência especial a tramitação dos vetos n.º 003, 004/2024 de autoria do Poder Executivo, na ordem do dia da presente Sessão Ordinária.



Foto: Josenildo Costa

O Veto de nº 003 é destinado ao Projeto de Lei nº 097/2024, que “Revoga a Lei Municipal nº 8.591, de 05 de abril de 2023” e o Veto de nº 004 é um veto total ao Projeto de Lei nº 122/2024, que “estabelece critérios para o pagamento de

indenização com recursos extraordinários recebidos pelo município em decorrência de ações judiciais relativas ao cálculo do valor anual por aluno para distribuição dos recursos do FUNDEF ou FUNDEB no âmbito do município de Campina Grande.

Na justificativa do veto nº 003, o poder executivo, diz que a Lei Municipal nº 8.591, de 05 de abril de 2023 e o decreto nº 4.781/2023 já estão em vigência há mais de um ano, aguardando somente a superação da parte burocrática junto aos órgãos financeiros e federais para recebimento do empréstimo. Como justificativa para o veto nº 004, o poder executivo disse que a proposição fere a legislação e jurisprudência em vigência, visto que o projeto de Lei nº 122/2024 padece de vício inconstitucional no Art. 22, da Lei 11.494/2007, tendo em vista a criação de vinculação às verbas do FUNDEF e FUNDEB decorrentes de decisão judicial, sendo entendimento pacificado na Corte Suprema e natureza indenizatória dessas parcelas, podendo de tal forma, serem aplicadas em políticas públicas diversas.

Os vetos foram derrubados por maioria, com os votos contrários do vereador Luciano Breno (UNIÃO), que se posicionou favorável aos vetos do poder executivo.

TRIBUNA

Olimpio Oliveira iniciou a sua fala na Tribuna reiterando ao presidente Marinaldo Cardoso que seja cumprido os ditames da Lei Orgânica do Município, no que diz respeito ao estabelecimento de leis promulgadas pelo presidente da Câmara, que cabe a publicação na edição do Semanário Municipal pela Secretaria de Administração. Em caso de não publicação, a lei orgânica diz que a Câmara deverá encaminhar para publicação no Diário Oficial. Nesse sentido, o vereador disse que já estão na segunda publicação do semanário municipal e até o momento não foi publicado, além de frisar que o Prefeito travou um 'cabo de guerra' com a Casa Legislativa.



Foto: Josenildo Costa

O vereador se referiu à emenda à Lei Orgânica que trata sobre o estabelecimento de critério para o pagamento e indenização com recursos extraordinários recebidos pelo município em decorrência de ações judiciais relativas ao cálculo do valor anual por aluno para distribuição dos recursos do FUNDEF ou FUNDEB em Campina Grande. Olimpio Oliveira parabenizou o presidente Marinaldo Cardoso pelo seu aniversário transcorrido na segunda-feira (3).

Alexandre Pereira (UNIÃO) parabenizou o vereador Marinaldo Cardoso ressaltando a forma como o presidente tem conduzido à CASA. Além disso, como sugestão, pediu que fosse criada uma Comissão para estudo do regimento e da lei orgânica, para que estas estejam alinhadas, assim como sugeriu também a criação da Comissão das Leis Caducas.



Foto: Josenildo Costa

Pimentel Filho (PSB) inicialmente parabenizou o vereador presidente Marinaldo Cardoso pelo seu aniversário. Em seguida, disse que não chegou qualquer veto sobre a lei que anula a autorização do FONPLATA, mas apesar disso foi publicado no semanário.

Ele informou que o último dia para o prefeito realizar o veto ao projeto foi no dia 29 de maio. Disse que foi vítima de fake News, criada pelo Portal PB Agora, que usou a sua imagem em um camarote no Parque do Povo, dizendo que ele votou contra o empréstimo do FONPLATA, mas agora se aproveita da festa do Maior São João do Mundo.

Pimentel esclareceu que não foi o empréstimo do FONPLATA que financiou a ampliação do Parque do Povo, além disso, que a festa não pertence ao Prefeito, que é uma festa pública. Disse que irá se aconselhar juridicamente, pois são publicações tendenciosas, sem finalidade informativa.

Napoleão Maracajá (PT), também parabenizou o vereador presidente Marinaldo Cardoso, destacando o trabalho democrático que tem feito na presidência.

Em seguida, disse que não concorda com o Prefeito que destina a responsabilidade do caos financeiro da cidade a bancada de oposição.

O outro tema trazido foi sobre os educadores sociais da cidade, que de acordo com o vereador, recebem entre 700 e 1500 reais se trabalharem durante o dia inteiro, não possuem data certa para receber seus salários, nem possuem direito a férias ou décimo e que o Prefeito não tem estimulado esses profissionais, com melhores condições de trabalhos. Napoleão disse que parece 'atacar' os profissionais.



Foto: Josenildo Costa

Ivonete Ludgério (UNIÃO) parabenizou o presidente Marinaldo Cardoso, assim como seu familiar e sogro Coronel Cícero Ludgério, que no último sábado comemorou 100 anos de idade.

Em seguida, ressaltou a fala do vereador que mencionou a criação de fakes, denunciando que também há fakes que partem da Câmara Municipal.

A vereadora disse que um vereador foi fazer imagens de 11 ruas que estão sendo asfaltadas no Distrito do São José da Mata, se intitulando autor das obras, mas que o Prefeito é quem está sendo responsável pela execução, e as verbas foram resultados de emendas dos senadores Efraim Filho e Veneziano.

Ivonete também mencionou que está satisfeita com a qualidade de vida que está sendo proporcionada ao povo do Distrito e que apesar de ter votações expressivas na localidade e solicitar as demandas da população, não se intitularia autora das obras.

ACIDENTES – Por fim, a vereadora chamou atenção dos colegas vereadores e pediu que a STTP, DETRAN e outros órgãos municipais e estaduais, possam realizar campanhas de conscientização com o objetivo de reduzir mortes e sinistros com motocicletas, alertando que uma jovem do Distrito de São José da Mata está com morte encefálica, após acidente de moto.



Foto: Josenildo Costa

Alexandre Pereira (UNIÃO) informou que nessa semana o governo do Estado publicou uma decisão solicitando uma suplementação orçamentária de R\$ 5,2 bilhões, o que representa 30% do orçamento da Paraíba. Além disso, automaticamente pela própria lei, o governador pode realizar a suplementação sem autorização da Assembleia. Com isso, mencionou a votação dos projetos de suplementação de autoria do Executivo na CMCG, que de acordo com a oposição, é reflexo da falta de planejamento da Prefeitura, mas que o governo do Estado se utiliza da mesma justificativa, pontuando que mesmo com o devido planejamento orçamentário, é normal a necessidade de alteração dos recursos. Alexandre ainda acrescentou que a gestão municipal atendeu ao pedido da oposição para desmembramento dos projetos e pediu que a bancada pudesse verificar o que pode ser melhorado para aprovação.

Rostand Paraíba (PP) fez um pedido ao secretário da SESUMA, Sargento Neto, para visitar a zona leste, para realização de

capinagem na Alça Leste.

Ele também solicitou ao secretário Joab a implantação de iluminação em lâmpadas de led na mesma região.

Por fim, parabenizou a realização da festa do Maior São João do Mundo, ressaltando a obra de ampliação e revitalização do Parque Evaldo Cruz, mas disse que a empresa precisa instalar mais banheiros para a população e mais fiscalização no que diz respeito à presença de menores na festa.



Foto: Josenildo Costa

Luciano Breno (UNIÃO), pela liderança, ressaltou que em um ato de coragem o prefeito trouxe uma roupagem diferente para a festa do São João, ocupando o lugar de maior e melhor São João do mundo. Em seguida, falou também sobre os projetos de suplementações, destacando que hoje a população não é mais tão inocente para acreditar em qualquer narrativa, lembrando que a porcentagem que era permitida de remanejamento foi retirada da Lei Orçamentária. Ele disse ainda que os projetos já foram

desmembrados, diante da exigência da bancada de oposição, mas que apesar disso, os projetos já se encontravam na CASA e já foram discutidos. Por fim, pediu que os projetos fossem colocados em pauta para que entre para votação.

COBRANÇA DAS CPIS

Márcio Melo (Podemos) mais uma vez solicitou a instalação das duas CPIS que estão protocoladas na CASA para que se evite a judicialização. Ainda ameaçou não votar mais nada na CASA, se a CPI não for instalada.

O vereador também abordou o tema São João, falando que no telão do Parque do Povo acontece a todo o momento propaganda das obras inacabadas da Prefeitura, além dos altos valores cobrados para consumir na festa tanto do Parque do Povo como do Distrito Galante e a falta de banheiros no parque do povo.

CENSURA

Pimentel Filho, pela liderança, fez críticas à censura realizada contra os jornalistas e aos preços abusivos, pontuando que na administração anterior era uma festa público-privada, mas agora é apenas privada.



Foto: Josenildo Costa

Jô Oliveira (PCdoB) também felicitou o Presidente Marinaldo Cardoso, ressaltando a gratidão pela sua condução na CASA. Sobre a questão da censura à imprensa na festa do Parque do Povo, disse coincidente que são blogs mais críticos à gestão e que as mesmas pessoas que cobram por liberdade de expressão estão fazendo a defesa desse expediente, esperando que a Câmara Municipal de Campina Grande não tenha esse mesmo entendimento. Além disso, citou que os jornalistas além de realizarem a cobertura da parte política, também fazem a cobertura da festa e que dessa vez, está sendo solicitada, no ato de credenciamento, que se comprove a cobertura de anos anteriores.



Foto: Josenildo Costa

Anderson Almeida (PSB) também falou do aniversário do presidente Marinaldo Cardoso, desejando felicidades e ressaltando seu papel não apenas como político, mas como amigo, cidadão, pai de família e que vem conduzindo a CASA de maneira democrática.

Esclareceu que a solicitação dos desmembramentos dos projetos era para ter entendimento das mudanças de orçamentos nas respectivas Secretarias. Anderson disse que os projetos chegaram hoje na Casa Legislativa e pediu que fossem enviados para as comissões responsáveis seguindo os devidos trâmites. Com relação à retirada de blogs na cobertura da festa, disse que a Casa não pode silenciar sobre o ocorrido.



Foto: Josenildo Costa

Bruno Faustino (Agir) também solicitou ao presidente da CASA a instalação das CPIs. Falou sobre a importância do Maior São João do Mundo para a cidade e todo Estado. Segundo o vereador, a empresa explora a festa levando seus dividendos, sendo preciso saber sobre as vendas dos camarotes (valores e quantidade de vendas realizadas), dos valores dos produtos vendidos em seu interior, além de pontuar que a Prefeitura ainda é a responsável pela limpeza do local, com cerca de 300 agentes contratados.

MINUTO DE SILÊNCIO

Olimpio Oliveira (Podemos) solicitou minuto de silêncio pelo falecimento de Cláudio José Alcântara, ressaltando a participação importante na rádio pela manhã, presidiu a associação dos condôminos da estação rodoviária (Cristiano Lauritzen) e também foi comerciante, além de sempre pautar demandas importantes da cidade. Olimpio também acrescentou o nome de Nailde Galdino Costa, sua vizinha e pessoa muito

querida na sua comunidade.

Janduy Ferreira (UNIÃO) e Anderson Almeida (PSB) solicitaram um minuto de silêncio para o senhor Mozart Agra, residente do bairro das Malvinas, Aldo Cabral (UNIÃO) solicitou pelo falecimento do seu familiar Israel Barbosa Pereira e Renan Maracajá (Republicanos) solicitou pelo falecimento de Joseph de Melo Nogueira.

A 47ª sessão ordinária da 4ª sessão legislativa da Câmara Municipal de Campina Grande, realizada nesta terça-feira (4), foi presidida por Alexandre Pereira (UNIÃO), Marinaldo Cardoso (Republicanos) e Fabiana Gomes (UNIÃO), secretariada por Janduy Ferreira (UNIÃO) e Renan Maracajá (Republicanos).



Foto: Josenildo Costa

A vereadora Fabiana Gomes encerrou os trabalhos convidando os parlamentares para a sessão ordinária desta quarta-feira (5), a ser realizada em formato híbrido a partir das 9h30.

Título de Cidadania ao Conselheiro Antônio Nominando Diniz Filho



Fotos: Josenildo Costa